

Tema 12. A Encarnação

Jesus é o Filho Unigénito de Deus que se fez homem para nossa salvação. Ele é perfeito Deus e perfeito homem: tomou a nossa condição material e corpórea, sujeita a muitas necessidades, para nos salvar dos nossos pecados. Santa Maria é verdadeiramente a Mãe de Deus porque Aquele que ela concebeu como homem, por obra do Espírito Santo, não é outro senão o Filho eterno do Pai.

01/10/2022

Sumário:

- 1. A identidade de Jesus no Novo Testamento
 - 2. A identidade de Jesus à luz dos concílios cristológicos
 - 3. A Encarnação
 - 4. O conhecimento e a vontade humana de Jesus
 - 5. O valor do mistério da Encarnação
 - 6. Maria, mãe de Deus e mãe da Igreja
 - Bibliografia e Leituras
-

1. A identidade de Jesus no Novo Testamento

Os Evangelhos contam-nos a história de Jesus e este é o fundamento de toda a doutrina cristológica. A cristologia nada mais é do que a reflexão sobre quem é Jesus e sobre o que veio fazer ao mundo.

Esta reflexão tem como ponto de partida os escritos do Novo Testamento: os Evangelhos, as cartas de S. Paulo e de S. João, e os outros textos. Eles interrogaram-se, em simultâneo, sobre Jesus e sobre a sua importância para o homem. E partem de uma convicção muito importante: que Jesus não pode ser apenas um homem. Com efeito, nos anos que se seguiram à ressurreição, os primeiros cristãos veneravam o nome de Jesus, louvavam-n' O, cantavam-Lhe hinos e reuniam-se aos domingos para celebrar a Eucaristia em sua memória.

Tudo isto era muito lógico, considerando a vida de Jesus como

um todo. À luz do que contam os Evangelhos, percebe-se que Jesus se considerou o único representante de Deus no mundo, atribuindo a si próprio (mesmo que de forma humilde e natural) prerrogativas divinas como perdoar pecados, reformar a palavra que Deus havia dado ao povo por meio de Moisés, ou exigir um amor absoluto pela sua pessoa; confirmou, aliás, tudo isto com importantes milagres como a ressurreição de Lázaro, que mostravam o seu domínio e poder sobre os elementos cósmicos, homens e demónios. Ele mesmo ressuscitou dos mortos e, do trono do Pai, enviou o Espírito Santo. Tudo isso significava também que Jesus tinha cumprido as promessas que Deus fez a Israel para os últimos e definitivos tempos: a promessa de estabelecer um Reino que duraria eternamente, do qual Ele, Jesus, era o Messias-Rei entronizado nos Céus. Jesus não podia ser apenas um

homem, por mais santo que o quisessem imaginar.

Essa convicção deparava-se, porém, com uma pergunta fundamental: que relação tinha Jesus com Deus? Essa pergunta não era fácil de responder para os primeiros cristãos. Eles confessavam que havia um só Deus, mas também se davam conta que Jesus tinha agido e falado como se fosse o próprio Deus. O problema, então, era muito claro: pode dizer-se que Jesus é Deus? Mas em que sentido? Isso não significa confessar dois deuses? Esta última hipótese era absurda, pois eles, como todos os judeus, estavam também convencidos de que não há – que não pode haver – mais do que um só Deus. Então, qual é a relação de Jesus com o Deus de Israel?

Esta reflexão levará gradualmente a soluções satisfatórias. Já nas Cartas de S. Paulo vemos que o apóstolo usa

várias formas de expressar a divindade de Jesus, sem confundir-lo com Deus Pai e sem afirmar dois deuses. Por exemplo, na primeira Carta aos Coríntios ele escreve: «Para nós há um só Deus, o Pai, de quem tudo procede, e para quem nós somos; e um só Senhor, Jesus Cristo, por meio do qual tudo existe, e mediante o qual nós existimos» (1Cor 8, 6). Ele usa esta expressão, «um só Deus e um só Senhor», que coloca ao mesmo nível, na prática, Deus Pai e Cristo, uma vez que no Antigo Testamento "Senhor" era «o nome mais habitual para designar a própria divindade do Deus de Israel» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 446). «Ao atribuir a Jesus o título divino de “Senhor” – diz o Catecismo da Igreja Católica – as primeiras confissões de fé da Igreja afirmam, desde o princípio, que o poder, a honra e a glória devidos a Deus Pai, também são devidos a Jesus porque Ele é de “condição

divina”» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 449).

Tudo isto se torna ainda mais claro no Evangelho de S. João, que desde o início distingue claramente Deus Pai do Verbo de Deus, que estava, desde sempre, em Deus e que era o próprio Deus (cf. Jo 1, 1). Jesus, diz S. João, é o Verbo [Palavra] encarnado, que se fez homem e veio ao mundo para a nossa salvação. Esse Verbo existia antes do tempo e da criação e, portanto, não foi criado. Foi sempre o Verbo do Pai e, por isso, distingue-se do Pai embora esteja em relação com Ele. Trata-se de um texto importante, no qual S. João responde ao problema de como dizer que Jesus é Deus sem isso trazer consigo dizer que há dois deuses. Esse Verbo – pensa S. João – é divino como o próprio Pai, mas não pode ser encarado como um segundo Deus porque é completamente relativo ao Pai. Abre-se aqui o caminho para a

consideração do Deus único como Trindade de pessoas: Pai, Filho e Espírito. Assim, no Novo Testamento, o Deus de Israel abre a sua intimidade e revela-se como Amor, Amor que realiza a unidade perfeita das três Pessoas divinas.

2. A identidade de Jesus à luz dos concílios cristológicos

Nos séculos que se seguiram à era apostólica, a Igreja definiu melhor o seu conhecimento sobre Jesus e aprofundou-o com base no que tinha afirmado o Novo Testamento. A difusão da evangelização colocou o Evangelho em contacto com o mundo não judeu e, em particular, com o pensamento grego, que admitia uma pluralidade de deuses em diversos graus.

Neste contexto poderia pensar-se que Jesus era como um segundo Deus, menor que o Pai, capaz de mudar e de se encarnar (ao contrário do Pai que seria imutável). Esta foi a proposta de Ario contra a qual o Concílio de Niceia reagiu no ano 325 (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 465). Neste concílio concluiu-se o que recitamos todos os domingos no Credo, isto é, que Jesus é «Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai». Com isso ficou claro que o Pai e o Filho compartilham a mesma única divindade, e têm a mesma dignidade.

Um século depois surgiu outro problema importante: se Jesus é Deus, como pode ser homem, simultaneamente? A experiência diz-nos que o homem é um indivíduo e que Deus é também um ser distinto e individual. Como podem ser uma única realidade? Quando pensamos

em Cristo, não se trataria antes de dois seres distintos, embora profundamente unidos de alguma forma? A proposta do patriarca de Constantinopla, Nestório, foi nesse sentido. Para ele, Deus e o homem Jesus formam uma unidade porque atuam sempre em perfeita conjunção. Da mesma forma que um cavalo a galope e o cavaleiro que o dirige agem em conjunto, se moldam um ao outro, ainda que, na realidade, sejam dois seres distintos que compõem uma única figura. A partir dessa abordagem, Nestório concluiu que Jesus nasceu, viveu na Palestina, morreu na cruz etc., mas não se poderia dizer o mesmo de Deus. O Verbo eterno é imutável e não pode nascer como um ser humano. Por isso, não se pode dizer que Maria seja mãe de Deus, mas apenas mãe do homem Jesus.

O problema desta solução era não garantir realmente que Cristo fosse

um único ser, uma única realidade viva, como vemos nos Evangelhos. Opôs-se a ela o Concílio de Éfeso no ano 431. Este Concílio considerou que a segunda pessoa da Trindade, o Verbo de Deus, se tinha feito carne, isto é, tinha feito sua a natureza humana, integrando-se nela mesma (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 466). Por isso era um único ser e não duas realidades diferentes, mais ou menos unidas, como sustentava Nestório. Com o nome "Jesus" referimo-nos ao Verbo, uma vez que fez sua a natureza humana, dado que se fez homem. Esta doutrina é conhecida pelo nome de “união hipostática” (porque o humano está integrado na pessoa preexistente do Verbo = na hipóstase do Verbo). Foi formulada no Concílio de Éfeso.

Houve, porém, quem interpretasse mal esta doutrina, e tenha pensado que, então, o elemento humano em Cristo, absorvido como estava na

pessoa divina, se dissolvia nela. Assim, a humanidade de Jesus perdeu toda a sua consistência. Para sair desse erro, vinte anos depois, outro Concílio ecuménico, realizado na cidade de Calcedónia, reformulou a ideia de Éfeso de uma forma um tanto diferente: Jesus é uma única pessoa, dizia o Concílio, mas existe de um modo duplo: como Deus eternamente e como homem no tempo. É verdadeiro Deus e verdadeiro homem, perfeito Deus e homem, completo e íntegro. A partir daí, os concílios posteriores aperfeiçoaram a doutrina de Calcedónia e retiraram algumas consequências, como por exemplo, que Jesus tem uma verdadeira vontade humana, pois é verdadeiramente homem. E como homem realizou a obra da nossa salvação.

3. A Encarnação

Para além das problemáticas históricas, o fundamental na doutrina da encarnação consiste na presença pessoal do Filho de Deus na história. Através das suas palavras e dos seus gestos humanos conhecemos o Filho de Deus e, de certa forma, compreendemos como é o próprio Deus. E o que vemos, sobretudo, é que Deus é Amor, um amor forte, capaz de dar a vida por nós.

A Encarnação é obra de Deus Trino. O Pai envia o seu Filho ao mundo, isto é, o Filho entra no tempo e faz sua a substância humana, a humanidade que o Espírito Santo suscita no seio virginal de Maria, com a cooperação e consentimento d'Ela. Deste modo, o Verbo de Deus, que existia desde sempre, passa a existir também como homem na história.

A presença do Filho de Deus na história é também proximidade do Pai e do Espírito Santo, porque em Jesus, e por Ele, também as outras pessoas divinas se dão a conhecer aos homens. Sobretudo, S. João insistiu nestes aspetos: a vinda de Jesus revela os traços íntimos e inacessíveis do Ser divino, de modo que Aquele que «ninguém jamais tinha visto» (Jo 1, 18) se torna evidente na vida de Cristo, o Unigénito Encarnado. Cristo manifesta nos seus gestos, nos seus afetos e nas suas palavras, a sua relação com o Pai e com os homens, a benevolência de Deus para com as criaturas e o valor e sentido da realidade terrena.

Jesus é, portanto, o Filho Único de Deus que se fez homem para a nossa salvação. Ele é também o Portador do Espírito Santo, seu templo e morada na história, e por isso também é chamado Cristo, o Ungido.

Certamente, outros notáveis do antigo Israel foram ungidos com óleo por causa da sua vocação ou missão particular e para significar a presença do Espírito divino neles, mas a unção de Jesus é muito mais radical, pois deriva da sua própria constituição como homem, do mistério da encarnação. Jesus vem ao mundo ungido na totalidade pelo Espírito e, portanto, tudo n'Ele evoca a presença divina e reflete a pureza e a espiritualidade da realidade do Céu.

E esta presença radical do Espírito enche-o também de graça e de dons sobrenaturais, que manifesta nas suas ações, repletas de justiça e bondade, e que inspiram as suas palavras, imperiosas ou doces, mas sempre cheias de sabedoria e de vida. Tudo em Jesus revela aos homens o amor de Deus e este amor, que enche o seu coração humano, derrama-se sobre a realidade que Ele

encontra, sobre tudo aquilo que o pecado danificou, para o restaurar e reconduzir ao Pai.

4. O conhecimento e a vontade humana de Jesus

Já dissemos que Jesus é perfeito Deus e perfeito homem. Naturalmente, por ser Deus, tem conhecimento eterno e intemporal de todas as coisas, mas uma vez que se faz homem, o seu conhecimento da realidade segue os modos próprios de conhecer do homem, isto é, que também Jesus, como nós, conhece a realidade exterior através de experiências, imagens, conceitos, etc., que se formam na sua mente humana. Ao encarnar, Cristo não quis ultrapassar as leis da natureza e por isso também Ele teve que aprender muitas coisas como todo o homem: aprendeu a

falar, a ler, a trabalhar, a conhecer pouco a pouco os elementos necessários para a vida prática, e também deve ter aprendido muitas coisas sobre a religiosidade de Israel, que lhe foram ensinadas principalmente por Maria e José.

A mente humana de Cristo, como qualquer inteligência humana, era limitada. No entanto, isso não significa que o Senhor não tenha tido conhecimentos que vão além do que é possível pela experiência ou pela ciência humana comum:

conhecimentos sobrenaturais. Os Evangelhos mostram, por exemplo, que Jesus previu a traição de S. Pedro e a de Judas. Nestes e em outros casos semelhantes tratava-se de intuições que se apresentavam à mente humana de Cristo como fruto da inspiração divina.

Contudo, o conhecimento mais importante e profundo que Jesus

teve na sua vida terrena foi o de seu Pai Deus. Este conhecimento foi também profundamente sobrenatural e constituiu uma dimensão permanente da sua vida e intimidade, pelo facto de que a sua Pessoa estava eternamente unida ao Pai – Ele é o Unigénito do Pai – e a sua humanidade tinha sido assumida (integrada) na sua pessoa. Assim, Jesus experimentava na sua consciência humana a sua perfeita unidade com o Pai. Tinha plena consciência de ser o Filho de Deus, enviado ao mundo para salvar os homens.

O Compêndio do Catecismo da Igreja Católica resumiu o conhecimento humano de Cristo deste modo: «O Filho de Deus assumiu um corpo animado por uma alma racional humana. Com a sua inteligência humana, Jesus aprendeu muitas coisas através da experiência. Mas também, como homem, o Filho de

Deus tinha um conhecimento íntimo e imediato de Deus seu Pai.

Penetrava igualmente os pensamentos secretos dos homens e conhecia plenamente os desígnios eternos que Ele viera revelar» (*Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*, n. 90).

Jesus teve também uma verdadeira vontade humana e foi um homem totalmente livre. Foi livre, em primeiro lugar, porque não esteve sujeito àquela desordem interior que procede em nós do pecado original e que nos leva a ceder facilmente às três concupiscências – a do mundo, a dos olhos e a da carne – e a ficarmos escravizados por elas. O Espírito Santo modelou a sua humanidade desde o início, no seio de Maria, e depois esteve sempre plenamente presente na sua vida. Mas num sentido mais profundo, Jesus foi livre porque as suas ações estiveram sempre movidas pelo amor ao seu

Pai e à missão que Este lhe tinha confiado. Desejou em todos os momentos cumprir a vontade do Pai, e o amor do Espírito Santo no seu coração encheu os seus atos de justiça e de caridade. Por isso, como disse o Concílio Vaticano II, Jesus é sempre para nós o modelo do que é o homem (cf. *Gaudium et Spes*, n. 22).

Essa grande liberdade de Cristo manifestou-se de muitos modos: não se deixou condicionar por pessoas ou por circunstâncias, ou por alguma forma de medo, nem cedeu às barreiras culturais da sociedade do seu tempo, na qual os justos desprezavam os pecadores e tentavam não se misturar com eles. Jesus, ao contrário, comia com os pecadores e até escolhia alguns discípulos, como Mateus, naqueles ambientes que não estavam socialmente bem vistos. Não tinha objeções em romper com legalismos inúteis, ainda que difundidos no seu

tempo, nem a inflamar-se com ira e derrubar as mesas dos comerciantes que violavam a dignidade sagrada do Templo; não se deixou condicionar pela sua família, nem pelas estruturas de poder, não fez reparos em enfrentar os fariseus e em denunciar o que eles faziam de errado. Vê-se, então, que Jesus tinha uma grande liberdade, que sempre lhe permitia escolher o que era bom para as pessoas, o que agradava ao Pai.

Em tudo, Jesus realizava com a sua vontade humana o que tinha decidido eternamente junto com o Pai e o Espírito Santo. As ações de Cristo trouxeram, para o terreno da história, o amor e a misericórdia de Deus para com os homens.

5. O valor do mistério da Encarnação

Quando recitamos no Credo «encarnou pelo Espírito Santo no seio da Virgem Maria», afirmamos que a humanidade assumida pelo Verbo é verdadeira e real, fruto da carne de uma mulher, razão pela qual Ele é um de nós e pertence à nossa raça. Se não fosse assim, ele não teria um coração humano ou uma alma humana, não poderia sofrer ou morrer, e não haveria ressurreição. É por isso que o mistério da encarnação é a base e o pressuposto de todos os outros mistérios da vida de Jesus.

O Verbo tomou a nossa condição material e corpórea, submetida a muitas necessidades, para nos salvar dos nossos pecados e nos devolver à casa do nosso Pai Deus, visto que Deus nos criou para sermos seus filhos adotivos. Esta obra de salvação

realiza-a o Senhor com todos os seus atos, também naqueles anos da juventude (a chamada “vida oculta” de Cristo) que não tiveram uma particular relevância pública.

Todos os atos de Jesus originam a nossa redenção porque, ao vivê-los de maneira justa e reta, agradável ao Pai, os capacita também para que nós possamos vivê-los desse modo, e assim nos abre o caminho. Os Padres da Igreja gostavam de dizer que Jesus, ao fazer sua a nossa natureza, a curou e purificou. Podemos continuar esta ideia dizendo que o Senhor purificou a vida corrente assumindo-a; transformou-a em algo agradável a Deus. Como afirmava S. Josemaria: «Jesus, crescendo e vivendo como um de nós, revela-nos que a existência humana, a vida comum e de cada dia, tem um sentido divino» (S. Josemaria, *Cristo que Passa*, n. 14). Desde o seu lugar no Céu, Jesus ressuscitado dá-nos a

sua graça para que sejamos capazes de descobrir nos nossos afazeres quotidianos o amor que Deus nos tem, e que, dessa forma, sejam para nós um caminho de santificação. Assim, Jesus, com a sua própria vida, é o nosso caminho que nos conduz ao Pai.

Além do valor *redentor*, todas as obras de Jesus têm também um valor *revelador*, porque nos mostram o amor de Deus por nós, e um valor *recapitulador*, porque realizam o projeto de Deus na humanidade e estabelecem a soberania de Deus, o seu reino no mundo.

6. Maria, Mãe de Deus e da Igreja

A Virgem Maria foi predestinada para ser a Mãe de Deus desde a eternidade simultaneamente com a Encarnação do Verbo.

«Para ser a Mãe do Salvador, Maria foi “dotada por Deus de dons adequados a tão importante missão” (LG 56)» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 490). O Arcanjo S. Gabriel, no momento da Anunciação, saúda-a como «cheia de graça» (Lc 1, 28). Antes que o Verbo encarnasse, Maria era já, por sua correspondência aos dons divinos, cheia de graça. O Senhor deu-lhe estes dons especiais de graça porque a preparava para ser sua Mãe. Guiada por eles, pôde dar o seu livre consentimento ao anúncio da sua vocação (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 490), manter-se pura de todo o pecado pessoal (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 493) e entregar-se plenamente ao serviço da obra redentora do Filho.

Ela mesma foi redimida desde a sua concepção: «É o que confessa o dogma da Imaculada Conceição, proclamado em 1854 pelo Papa Pio IX: “...a bem-

aventurada Virgem Maria foi preservada imune de toda mancha do pecado original no primeiro momento da sua concepção por singular graça e privilégio de Deus Omnipotente, em atenção aos méritos de Jesus Cristo, Salvador do género humano” (DS 2803)» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 491).

Santa Maria é verdadeiramente Mãe de Deus porque «aquele que ela concebeu como homem, pelo poder do Espírito Santo, [...] não é outro senão o Filho eterno do Pai, a segunda pessoa da Santíssima Trindade» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 495).

Maria foi sempre Virgem. Desde os tempos antigos, a Igreja confessou no Credo e celebrou na sua liturgia «Maria como [...] “sempre virgem” (cf. LG 52)» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 499; cf. *Catecismo*

da Igreja Católica, n. 496-507). Esta fé da Igreja reflete-se na antiga fórmula: «Virgem antes do parto, no parto e depois do parto». Desde o início, «a Igreja confessou que Jesus foi concebido no seio da Virgem Maria unicamente pelo poder do Espírito Santo, isto é, sem a intervenção de um homem, mas por obra do Espírito Santo» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 496). Maria foi também virgem no parto, porque Jesus, ao nascer, consagrou a sua virgindade (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 499). E ela permaneceu também virgem após o nascimento de Jesus.

Maria foi assunta ao Céu. «A Virgem Imaculada, preservada livre de toda mancha do pecado original, terminado o curso da sua vida na terra, foi levada à glória do Céu e elevada ao trono pelo Senhor como Rainha do universo, para ser mais plenamente conforme ao seu Filho,

Senhor dos senhores e vencedor do pecado e da morte. A sua Assunção é uma antecipação da ressurreição dos outros cristãos» (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 966).

Maria é a Mãe do Redentor. Por isso a sua maternidade divina engloba também a sua colaboração na salvação dos homens: «Maria, (...) abraçando a vontade salvífica de Deus com um coração generoso e sem o impedimento de qualquer pecado, consagrou-se totalmente, como escrava do Senhor, à pessoa e obra do seu Filho, servindo com Ele, e sob Ele, o mistério da Redenção, pela graça de Deus Todo-Poderoso» (*Lumen Gentium*, n. 56). Essa cooperação manifesta-se principalmente na sua maternidade espiritual. Ela é verdadeiramente nossa mãe na ordem da graça e coopera no nascimento para a vida da graça e no desenvolvimento espiritual dos fiéis. Além disso, do

Céu ela cuida de nós como mãe, diligenciando, com a sua múltipla intercessão, as graças de Deus de que necessitamos para a nossa vocação cristã e para a nossa salvação (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 969).

Maria é o protótipo e o modelo da Igreja: «A Virgem Maria é para a Igreja o modelo da fé e da caridade. Por isso é “membro eminente e inteiramente singular da Igreja” (LG 53), constituindo até “a figura” (...) da Igreja (LG 63)» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 967). Paulo VI, em 21 de novembro de 1964, nomeou solenemente Maria Mãe da Igreja, para sublinhar explicitamente a função materna que a Virgem exerce sobre o povo cristão.

É compreensível, pelo que expusemos, que a piedade da Igreja para com a Santíssima Virgem seja um elemento intrínseco do culto cristão. A Santíssima Virgem «é, com

razão, honrada pela Igreja com um culto especial» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 971), que se manifesta nas numerosas festas, memórias litúrgicas e práticas de piedade que nós, católicos, lhe dedicamos.

Bibliografia básica

– *Catecismo da Igreja Católica*, n. 430-534, 720-726 e 963-975.

– João Paulo II, *Creo en Jesucristo. Catequesis sobre el Credo (II)*, Palabra, Madrid 1996.

Leituras recomendadas

– Antonio Ducay, *Jesús, el Hijo Salvador*, Rialp, Madrid 2015, (especialmente capítulos II-IV).

– Vicente Ferrer Barrientos,
Jesucristo nuestro Salvador, Rialp,
Madrid 2015.

Antonio Ducay

pdf | Documento gerado
automaticamente a partir de [https://
opusdei.org/pt-pt/article/tema-12-a-
encarnacao/](https://opusdei.org/pt-pt/article/tema-12-a-encarnacao/) (30/03/2026)